

Centro Cultural e Social de Santo Adrião

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice


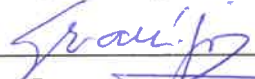



Balanço em 31 de dezembro de 2021	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2021 ...	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2021	5
Demonstração dos EFluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2021	6
Anexo em 31 de dezembro de 2021.....	7

Balauço em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.250.520,07	2.332.661,98
Ativos intangíveis	5	2.190,22	3.411,46
Investimentos financeiros	6	7.788,62	6.732,00
Subtotal		2.260.498,91	2.342.805,44
Ativo corrente			
Inventários	7	7.483,60	4.356,80
Créditos a receber	8	6.112,60	6.835,50
Estado e outros entes públicos	9	1.770,29	2.003,20
Outros ativos correntes	10	97.362,62	83.149,94
Caixa e depósitos bancários	11	61.175,28	46.537,44
Subtotal		173.904,39	142.882,88
Total do Ativo		2.434.403,30	2.485.688,32
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	7.201,78	7.201,78
Resultados transitados	12	804.271,10	748.472,14
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	733.580,92	756.565,59
Resultado líquido do período		(130.562,00)	55.798,96
Total dos fundos patrimoniais		1.414.491,80	1.568.038,47
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	10.000,00	-
Financiamentos obtidos	15	611.618,95	463.028,27
Subtotal		621.618,95	463.028,27
Passivo corrente			
Fornecedores	16	18.236,16	23.477,68
Estado e outros entes públicos	9	33.530,98	40.264,02
Financiamentos obtidos	15	49.992,19	127.304,72
Diferimentos	17	56.469,40	55.745,06
Outros passivos correntes	18	240.063,82	207.830,10
Subtotal		398.292,55	454.621,58
Total do passivo		1.019.911,50	917.649,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.434.403,30	2.485.688,32

Braga, 4 de março de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 56013



Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	19	627.067,81	912.276,25
Subsídios, doações e legados à exploração	20	1.450.790,29	1.380.976,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(180.901,58)	(165.665,88)
Fornecimentos e serviços externos	21	(309.286,84)	(285.797,15)
Gastos com o pessoal	22	(1.562.555,54)	(1.544.028,35)
Provisões (aumentos/reduções)	14	(10.000,00)	-
Outros rendimentos	23	50.781,79	56.565,76
Outros gastos	24	(93.761,63)	(185.502,33)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(27.865,70)	168.825,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(84.491,75)	(87.900,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(112.357,45)	80.924,29
Juros e rendimentos similares obtidos	25	-	-
Juros e gastos similares suportados	25	(18.204,55)	(25.125,33)
Resultados antes de impostos		(130.562,00)	55.798,96
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(130.562,00)	55.798,96

Braga, 4 de março de 2022

A Direção







A Contabilista Certificada, n.º 56013




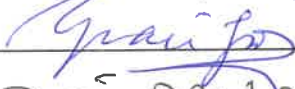
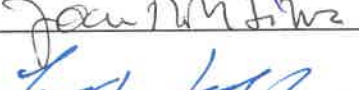


Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	7.201,78	748.472,14	756.565,59	55.798,96	1.568.038,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13		55.798,96	(22.984,67)	(55.798,96)	(22.984,67)
	7	-	55.798,96	(22.984,67)	(55.798,96)	(22.984,67)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				(130.562,00)	(130.562,00)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				(130.562,00)	(130.562,00)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10					
		-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6+7+8+10	7.201,78	804.271,10	733.580,92	(130.562,00)	1.414.491,80

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	7.201,78	757.409,04	779.550,24	(8.936,90)	1.535.224,16
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13		(8.936,90)	(22.984,65)	8.936,90	(22.984,65)
	2	-	(8.936,90)	(22.984,65)	8.936,90	(22.984,65)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				55.798,96	55.798,96
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				55.798,96	55.798,96
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5					
		-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6=1+2+3+5	7.201,78	748.472,14	756.565,59	55.798,96	1.568.038,47

Braga, 4 de março de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 56013

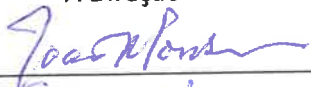
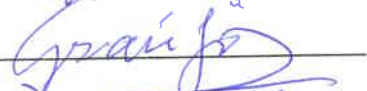

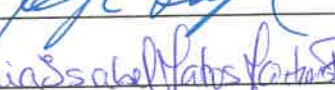



Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		623 782,47	886 668,12
Pagamento a fornecedores		(484 732,14)	(467 491,21)
Pagamentos ao pessoal		(1 531 659,30)	(1 557 622,72)
Caixa gerada pelas operações		(1 392 608,97)	(1 138 445,81)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1 438 833,07	1 229 654,23
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		46 224,10	91 208,42
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(1 128,60)	(10 755,40)
Ativos intangíveis	5	-	(1 669,73)
Investimentos financeiros	6	(3 215,04)	(2 968,25)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	6	2 158,42	783,97
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(2 185,22)	(14 609,41)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(11 196,49)	(11 876,87)
Juros e gastos similares		(18 204,55)	(25 125,53)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(29 401,04)	(37 002,40)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		14 637,84	39 596,61
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	46 537,44	6 940,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	61 175,28	46 537,44

Braga, 4 de março de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 56013



Anexo em 31 de dezembro de 2021

1. Identificação da Entidade

O “CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 166 de 21/07/1997, Série II, com sede na Rua Centro Cultural e Social de Santo Adrião, 4715-016 Braga. Tem como atividade principal o Apoio Social para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio Social à comunidade e associados, nos vários níveis etários, especialmente infância, juventude, terceira idade e deficientes, e a promoção e valorização dos seus associados sob o ponto de vista humano, nos aspetos culturais e recreativos.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Os membros da Direção, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas nas respetivas contas das rubricas “Outros ativos correntes”, *Outros passivos correntes* (Notas 10 e 18) e “Diferimentos” (Nota 17)

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020. A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os “*Ativos fixos tangíveis*” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecido, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os “*Ativos intangíveis*” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São reconhecidas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja possível atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são reconhecidos como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado;
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão reconhecidos no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outros créditos

Os “*Clientes*” e as “*Outros créditos*” encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são reconhecidas adas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao custo histórico.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas reconhecidas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são reconhecidas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões e passivos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos Contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os “*Encargos financeiros*” não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos fixos tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.º. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. No entanto, a entidade não possui rendimentos sujeitos a IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

3.2.9. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo

somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.10. Subsídios e apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de Entidade públicas são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.11. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.12. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31/12/2021
Custo				
Terrenos e recursos naturais	114.035,17	-	-	114.035,17
Edifícios e outras construções	3.094.876,95	-	-	3.094.876,95
Equipamento básico	656.385,74	369,00	-	656.754,74
Equipamento de transporte	284.823,11	-	-	284.823,11
Equipamento administrativo	217.386,94	759,60	-	218.146,54
Outros ativos fixos tangíveis	12.985,00	-	-	12.985,00
Total	4.380.492,91	1.128,60	-	4.381.621,51
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	943.693,36	56.718,08	-	1.000.411,44
Equipamento básico	587.572,34	22.989,61	-	610.561,95
Equipamento de transporte	286.251,30	2.550,00	-	288.801,30
Equipamento administrativo	217.823,53	838,39	-	218.661,92
Outros ativos fixos tangíveis	12.490,40	174,43	-	12.664,83
Total	2.047.830,93	83.270,51	-	2.131.101,44
			Quantia escriturada	2.250.520,07

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31/12/2020
Custo				
Terrenos e recursos naturais	114.035,17	-	-	114.035,17
Edifícios e outras construções	3.094.876,95	-	-	3.094.876,95
Equipamento básico	646.380,14	10.005,60	-	656.385,74
Equipamento de transporte	422.975,80	-	(138.152,69)	284.823,11
Equipamento administrativo	216.637,14	749,80	-	217.386,94
Outros ativos fixos tangíveis	12.985,00	-	-	12.985,00
Total	4.507.890,20	10.755,40	(138.152,69)	4.380.492,91
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	886.962,53	56.730,83	-	943.693,36
Equipamento básico	563.382,81	24.189,53	-	587.572,34
Equipamento de transporte	420.378,99	4.025,00	(138.152,69)	286.251,30
Equipamento administrativo	216.349,28	1.474,25	-	217.823,53
Outros ativos fixos tangíveis	12.315,95	174,45	-	12.490,40
Total	2.099.389,56	86.594,06	(138.152,69)	2.047.830,93
			Quantia escriturada	2.332.661,98

5. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31/12/2021
Custo			
Programas de computador	12.428,78	-	12.428,78
Total	12.428,78	-	12.428,78
Aortizações acumuladas			
Programas de computador	9.017,32	1.221,24	10.238,56
Total	9.017,32	1.221,24	10.238,56
			Quantia escriturada
			2.190,22

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31/12/2020
Custo			
Programas de computador	10.759,05	1.669,73	12.428,78
Total	10.759,05	1.669,73	12.428,78
Aortizações acumuladas			
Programas de computador	7.710,43	1.306,89	9.017,32
Total	7.710,43	1.306,89	9.017,32
			Quantia escriturada
			3.411,46

6. Investimentos financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2021
Fundo de Compensação	6.732,00	3.215,04	(2.158,42)	7.788,62
Total	6.732,00	3.215,04	(2.158,42)	7.788,62

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2020
Fundo de Compensação	4.547,72	2.968,25	(783,97)	6.732,00
Total	4.547,72	2.968,25	(783,97)	6.732,00

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/01/2021	Compras	Inventário em 31/12/2021	CMVMC em 2021
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.356,80	184.028,38	7.483,60	180.901,58
Total	4.356,80	184.028,38	7.483,60	180.901,58

Descrição	Inventário em 01/01/2020	Compras	Inventário em 31/12/2020	CMVMC em 2020
Mercadorias	-	1.648,19	-	1.648,19
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.356,80	164.017,69	4.356,80	164.017,69
Total	4.356,80	165.665,88	4.356,80	165.665,88

8. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “*Créditos a receber*” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cientes e Utentes c/c	6.112,60	6.835,50
Utentes	6.112,60	6.835,50
Total	6.112,60	6.835,50

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de dezembro de 2021 apresentava-se como segue

Descrição	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Utentes c/c	-	6.112,60	-	-	6.112,60
Total	-	6.112,60	-	-	6.112,60

9. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.770,29	2.003,20
Total	1.770,29	2.003,20
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.343,00	8.318,00
Segurança Social	27.908,78	31.664,74
Outros Impostos e Taxas	279,20	281,28
Total	33.530,98	40.264,02

10. Outros ativos correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes*” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos ao pessoal	-	303,03
CLDS	36.869,10	40.411,94
IEFP/outros	10.720,40	4.000,00
PON/POPH	49.773,12	38.434,97
Perdas por Imparidade	-	-
Total	97.362,62	83.149,94

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2021 e de 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	32,00	216,26
Depósitos à ordem	61.143,28	46.321,18
Total	61.175,28	46.537,44

12. Fundos patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Diminuições	Saldo em 31/12/2021
Fundos	7.201,78	-	7.201,78
Resultados transitados	748.472,14	(55.798,96)	804.271,10
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	756.565,59	22.984,67	733.580,92
Resultado líquido do período	55.798,96	145.464,72	(89.665,76)
Total	1.568.038,47	112.650,43	1.455.388,04

13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Diminuições	Saldo em 31/12/2021
Subsídios ao investimento	642.530,41	22.984,67	619.545,74
Doações	114.035,18	-	114.035,18
Total	756.565,59	22.984,67	733.580,92

14. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi o seguinte:

Descrição	31/12/2020	Aumentos	31/12/2021
Processos judiciais em curso	-	10.000,00	10.000,00
Total	-	10.000,00	10.000,00

De acordo com o pressuposto da prudência a Entidade reconheceu em 2021 uma provisão relativa ao processo N.º 2877/21.7T8BRG que está a correr termos no Tribunal Judicial da Comarca de Braga – Juízo do Trabalho de Braga - Juiz 2, aguarda Julgamento agendado para dia 6 de outubro de 2022, que se estima que o desfecho venha a ser desfavorável.

15. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a “Financiamentos obtidos”:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	49.992,19	611.618,95	661.611,14	47.304,72	463.028,27	510.332,99
Contas caucionadas	-	-	-	80.000,00	-	80.000,00
Total	49.992,19	611.618,95	661.611,14	127.304,72	463.028,27	590.332,99

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	49.992,19	10.544,81	60.537,00	8.465,96	10.940,65	19.406,61
De um a cinco anos	399.960,95	52.724,05	452.685,00	241.254,07	42.835,80	284.089,87
Mais de cinco anos	161.665,81	6.562,22	168.228,03	420.357,07	16.796,50	437.153,57
Total	611.618,95	69.831,08	681.450,03	670.077,10	70.572,95	740.650,05

16. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores c/c	18.236,16	23.477,68
Total	18.236,16	23.477,68

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de dezembro de 2020 apresentava-se como segue:

Descrição	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores c/c	-	18.236,16	-	-	18.236,16
Total	-	18.236,16	-	-	18.236,16

17. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos a reconhecer		
Formação	56.469,40	55.745,06
Total	56.469,40	55.745,06

18. Outros passivos correntes

A rubrica de “Outros passivos correntes” é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	31.151,88	398,94
Credores por acréscimos de gastos	208.583,24	206.551,21
Estimativa de férias e subsídio de férias	205.558,78	203.186,77
Outros gastos	3.024,46	3.364,44
Adiantamento de clientes	279,20	281,28
Outros credores	49,50	598,67
Total	240.063,82	207.830,10

A rubrica “Pessoal” contém uma indemnização de acidente de trabalho no valor 30.896,24 euros que o seguro não cobriu, tendo a mesma sido reconhecida como gasto do período que se encontra evidenciado na Nota 22 “Gastos com o pessoal”. À data de elaboração do presente Relatório de Atividades e Contas, esse montante (30.896,24 euros) já se encontrava totalmente pago. O remanescente (255,64 euros) é relativo a penhora de vencimento.

19. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2021 e de 2020 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Serviços Prestados”:

Descrição	2021	2020
Quotas dos utilizadores	615.144,32	870.180,32
Quotas e Jóias	3.586,00	11.716,00
Serviços secundários	8.337,49	30.379,93
Total	627.067,81	912.276,25

20. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.321.945,50	1.175.164,29
Doações e heranças	128.844,79	205.812,65
Total	1.450.790,29	1.380.976,94

Descrição	2021	2020
ISS,IP	1.085.753,97	1.054.208,28
POISE - Projetos diversos	152.861,24	40.411,94
IEFP	10.651,01	721,47
Junta Freguesia S.Lázaro	4.774,00	5.050,00
Câmara Municipal de Braga	3.260,00	14.450,00
Apoio ao emprego - Layoff	26.037,04	23.573,30
Apoio à família	3.921,74	6.305,58
Adaptar Social+	-	8.000,00
IEFP - Incentivo extraordinário normalização atividade	33.250,00	17.145,00
IAPMEI	1.436,50	-
Doações diversas	128.844,79	211.111,37
Total	1.450.790,29	1.380.976,94

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	37.661,37	59.441,25
Materiais	63.577,62	40.288,99
Energia e fluidos	108.556,11	104.651,37
Deslocações, estadas e transportes	3.853,70	6.858,30
Serviços diversos (*)	95.638,04	74.557,24
Limpeza e higiene	4.664,30	33.009,21
Seguros	11.738,10	14.643,78
Comunicação	14.906,79	13.977,18
Total	309.286,84	285.797,15

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

22. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2021 e de 2020, foi de 10 em ambos os períodos. Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 foi de 109 e em 2020 foi de 115.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	1.227.244,22	1.266.112,54
Indemnizações	30.896,24	-
Encargos sobre as remunerações	265.130,22	249.936,61
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	34.902,12	20.642,24
Outros gastos com o pessoal	4.382,74	7.336,96
Total	1.562.555,54	1.544.028,35

Conforme referido na Nota 18 “Outros passivos correntes”, foi reconhecido como gasto uma indemnização de acidente de trabalho no valor 30.896,24 euros que o seguro não cobriu.

23. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos suplementares	8.661,80	15.576,80
Outros rendimentos	42.119,99	40.988,96
Imputação subs. ao investimentos	22.984,67	22.984,65
Donativos	4.304,28	-
Correções relativas a períodos anteriores	14.831,04	8.502,96
Total	50.781,79	56.565,76

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

24. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	2.612,54	1.067,95
Outros gastos	91.149,09	184.434,38
Donativos	78.004,29	170.226,82
Outros	7.596,84	2.670,50
Bolsas formação	2.870,50	8.175,00
Gratificação estímulo a utentes	840,00	728,00
Quotizações	420,00	420,00
Correções relativas a períodos anteriores	1.417,46	2.214,06
Total	93.761,63	185.502,33

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

25. Resultados financeiros

Nos períodos de 2021 e de 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	15.478,12	15.669,83
Outros gastos e perdas de financiamento	2.726,43	9.455,50
Total	18.204,55	25.125,33
Resultados financeiros	(18.204,55)	(25.125,33)

26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2021, foi de 3.690,00 euros (IVA incluído) em cada um dos períodos.

27. Impacto da Covid-19

Os anos de 2020 e de 2021 ficam marcados por uma crise pandémica, a escala mundial, originada pelo aparecimento e disseminação do vírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Esta crise desencadeou significativos impactos negativos em termos humanos, sociais, económicos e financeiros.

A atividade económica foi sujeita a medidas restritivas governamentais que foram implementadas como forma de contenção do nível de contágios do vírus. Estas medidas limitaram a atividade das diferentes economias e respetivo tecido empresarial, gerando degradação do nível de atividade e consequente deterioração dos níveis de rentabilidade.

Neste contexto e considerando os impactos ocorridos, a Entidade mantém medidas de contingência e de prevenção, e os outros mecanismos disponíveis que visam minimizar os impactos negativos potenciais para a Entidade e para os colaboradores.

28. Resultados por respostas sociais (valências)

De seguida apresentamos os resultados por respostas sociais (valências):

Rubricas	ATL	CENTRO D/A	SAO	RSI	C CONVIVIO	CANTI SOCIAL	ERPI	CMCATO	CAT	CRCHIE P1	JARDIM	ERICHIE P2	CATI ACR	CRCHIE P3	CULTRICOMP	Projotos	Total
Vendas e serviços prestados	7.409,82	55.529,61	58.312,19	5,98	4.226,96	6,04	289.660,92	40.275,26	38,90	25.709,48	77.598,71	41.479,36	-	16.747,48	10.238,98	-	627.067,81
Subsídios, doações e legados à exploração e exploração:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.450.790,29
ISS, IP – Centros Distritais	18.952,12	78.516,30	121.026,48	75.385,39	7.229,60	32.335,00	69.594,38	-	143.464,92	83.698,76	150.706,58	151.481,35	70.890,20	82.777,43	-	-	1.085.937,97
Layoff	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.597,33	7.997,40	8.832,71	-	5.376,90	272,98	-	26.097,04
Apoio à Família	-	1.911,90	1.131,28	291,53	-	-	-	665,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3.999,71
Outros	1.102,77	12.865,29	12.161,57	210,41	672,30	78.406,67	16.796,57	1.201,45	8.994,75	5.729,21	23.184,56	6.684,31	-	6.754,89	6.750,48	153.333,33	334.815,27
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(4.985,87)	(25.364,27)	(23.581,99)	-	(2.372,52)	(4.564,86)	(34.738,32)	(8.830,60)	(16.198,79)	(12.044,36)	(21.668,43)	(22.889,41)	-	(9.045,16)	-	-	(180.901,59)
Fornecimentos e serviços externos	(3.939,96)	(41.523,41)	(40.751,99)	(1.031,68)	(203,55)	(2.388,42)	(58.115,05)	(13.890,40)	(13.898,61)	(15.267,21)	(48.737,76)	(27.629,94)	(2.227,90)	(44.888,85)	(6.594,96)	(9.718,05)	(399.286,84)
Gastos com o pessoal	(18.792,01)	(91.981,21)	(146.146,94)	(79.448,97)	(12.467,61)	(25.495,49)	(325.162,29)	(23.394,50)	(133.867,46)	(87.366,18)	(197.250,66)	(146.694,25)	(44.154,38)	(84.002,20)	(9.201,68)	(137.193,91)	(1.582.555,54)
Outros rendimentos	693,38	7.085,17	6.086,89	54,48	151,16	54,48	15.172,65	6.241,06	3.192,02	660,83	7.447,25	3.371,37	31,16	649,37	54,48	-	50.781,79
Outros gastos	(106,43)	(2.088,23)	(1.365,74)	(9,82)	(50,61)	(77.388,22)	(11.066,74)	(1,01)	(1.070,04)	(245,51)	(964,69)	(462,60)	(2.102,91)	(177,28)	(669,83)	(6.421,37)	(99.761,63)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(200,19)	(7.004,77)	(6.736,15)	(4.563,58)	(2.992,27)	1.072,20	(26.897,98)	6.844,26	(13.390,21)	3.677,85	(3.230,09)	(33.859,82)	21.756,17	3.922,22	508,38	-	(77.865,70)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.029,02)	(2.771,19)	(3.029,00)	(461,75)	(461,75)	-	(26.212,35)	(26.894,40)	(919,66)	(1.179,92)	(10.488,08)	(13.430,38)	-	(4.085,45)	-	-	(84.491,79)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1.229,20)	(9.207,30)	(9.207,30)	(4.563,58)	(3.421,02)	1.072,20	(54.010,54)	(14.041,14)	(6.269,17)	2.497,53	(13.718,14)	(33,44)	21.756,17	(493,23)	508,38	-	(12.357,49)
Juros e gastos similares suportados	(237,19)	(2.924,95)	(3.429,93)	(691,33)	(3.300,49)	(691,33)	(3.300,49)	(590,67)	(671,90)	(869,15)	(2.322,22)	(1.373,38)	(1.406,09)	(810,35)	-	-	(18.204,55)
Resultado antes de impostos	(1.466,39)	(12.801,25)	(12.194,18)	(4.563,58)	(3.421,02)	944,07	(59.311,03)	(14.593,81)	(6.931,07)	1.588,38	(16.040,36)	(1.499,94)	20.350,08	(1.303,58)	508,38	-	(30.363,00)
Imposto sobre o rendimento do período	(1.466,39)	(22.801,25)	(23.194,18)	(4.563,58)	(3.421,02)	944,07	(59.311,03)	(14.593,81)	(6.931,07)	1.588,38	(16.040,36)	(1.499,94)	20.350,08	(1.303,58)	508,38	-	(30.363,00)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RUBRICAS	ATL	CENTRO D/A	SAO	RSI	C CONVIVIO	CANTI SOCIAL	ERPI	CMCATO	CAT	CRCHIE P1	JARDIM	ERICHIE P2	CATI ACR	CRCHIE P3	CULTRICOMP	Projotos	Total
Vendas e serviços prestados	4.154,49	47.113,90	61.967,93	-	7.222,07	-	276.574,04	48.150,00	251.072,92	356,22	28.528,97	80.395,44	52.289,17	29.701,25	29.726,15	-	912.276,25
Subsídios, doações e legados à exploração e explorado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.390.976,94
ISS, IP – Centros Distritais	18.117,68	103.805,40	116.819,76	75.556,48	7.075,20	33.862,50	66.816,98	-	135.498,24	72.008,11	157.885,92	141.202,78	57.817,80	67.941,43	-	-	1.054.008,28
Layoff	834,56	5.900,95	2.886,65	481,11	481,11	-	1.924,41	-	1.449,32	4.443,32	4.570,52	2.886,64	-	1.683,87	-	-	24.065,36
Apoio à Família	392,46	2.705,59	774,04	-	89,12	-	332,46	-	249,35	249,35	789,60	498,70	-	290,91	-	-	6.305,58
Outros	2.374,03	14.683,05	8.529,70	-	1.279,35	171.309,57	7.866,10	1.425,00	1.878,01	9.516,74	3.838,02	12.750,36	7.675,95	3.995,62	515,00	48.787,22	296.407,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1.578,07)	(29.833,83)	(23.947,93)	(188,29)	(1.578,29)	(2.347,54)	(17.963,04)	(7.969,31)	(14.495,40)	(10.231,46)	(7.928,71)	(28.563,66)	(9.568,72)	(8.012,18)	(1.648,19)	-	(165.665,88)
Fornecimentos e serviços externos	(2.999,86)	(42.049,73)	(40.134,88)	(188,29)	(2.033,62)	(180,90)	(32.453,81)	(18.167,50)	(31.810,99)	(16.444,72)	(12.997,13)	(48.156,21)	(18.867,77)	(349,08)	(11.273,57)	(8.007,96)	(285.797,15)
Gastos com o pessoal	(17.732,82)	(122.773,11)	(115.284,51)	(75.168,18)	(11.805,94)	(25.085,60)	(270.521,22)	(23.081,54)	(189.251,51)	(119.450,50)	(165.397,99)	(169.966,65)	(128.903,35)	(56.363,29)	(35.112,26)	(40.107,32)	(1.544.078,35)
Outros rendimentos	434,94	29.769,77	2.229,20	445,83	445,83	-	1.040,29	9.405,03	891,70	3.572,02	5.650,64	1.923,58	-	891,70	-	346,26	56.965,76
Outros gastos	(2.373,93)	(12.044,59)	(603,44)	-	(120,68)	(177.041,82)	(472,57)	(461,92)	(969,38)	(241,38)	(362,06)	(1.219,63)	-	(241,38)	-	-	(185.502,33)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.603,48	8.117,40	25.296,52	998,15	998,15	590,17	27.148,66	612,13	22.990,81	895,51	3.099,58	14.400,33	48.774,87	1.105,43	3.829,57	998,20	368.823,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-	(985,11)	-	-	-	(14.404,60)	-	(17.012,15)	-	(7.177,28)	(41.829,95)	-	(5.831,66)	-	-	(185.502,33)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.603,48	8.117,40	22.251,21	998,15	998,15	590,17	12.739,05	612,13	5.978,66	895,51	3.099,58	6.945,02	1.105,43	4.897,68	3.829,57	388,90	80.920,29
Juros e gastos similares suportados	(618,49)	(2.574,52)	(14.184,16)	(385,15)	(385,15)	-	(919,86)	(612,13)	(772,31)	(772,31)	(2.316,96)	(1.158,48)	-	(772,31)	-	-	(25.125,13)
Resultado antes de impostos	984,99	5.542,88	8.067,05	612,99	612,99	590,17	11.819,19	0,00	5.806,91	68,20	2.287,27	4.906,09	5.786,54	1.105,43	3.829,57	998,90	58.798,96
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	984,99	5.542,88	8.067,05	612,99	612,99	590,17	11.819,19	0,00	5.806,91	68,20	2.287,27	4.906,09	5.786,54	1.105,43	3.829,57	998,90	58.798,96


29. Acontecimentos após data de Balanço


Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se verificaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.


As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 04 de março de 2022.

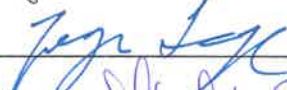
Braga, 4 de março de 2022


A Direção











A Contabilista Certificada, n.º 56013